

Entre capas, corporeidades, labirintos e casas de aula: percursos de acessibilidade no ambiente universitário

Jimena de Garay Hernández¹

Claudia Carneiro da Cunha²

Luciana Ferreira Barcellos³

Amanda de Carvalho Reyes⁴

Bianca Oliveira Louven dos Reis⁵

Daniele Firmino Paulo⁶

Gabryella Bazeth de Souza Nery da Silva⁷

Juliana Fontes França⁸

Patricia Ceia de Araújo⁹

RESUMO

No presente texto é discutido, a partir de uma perspectiva ético-estético-política, com base no método cartográfico, um projeto de extensão voltado aos temas relacionados à deficiência, neurodivergência e acessibilidade no ambiente universitário de uma instituição pública do Rio de Janeiro. Consideramos que um projeto de extensão tem como pressuposto metodológico a articulação entre teoria e prática, em que as ações são subsídio para pensar conceitos, e os conceitos iluminam e mobilizam ações. Dessa forma, ao longo do texto, tecemos conceitos que nos guiaram nas atividades do projeto, de 2020 a 2023, tais como capacitismo, corponormatividade e acessibilidade estética. Por sua vez, as ações de troca de experiências, divulgação, articulação institucional e instrumentalização das práticas formativas nos instigaram a procurar mais base teórica e conceitual. Por último, percorremos o processo criativo de idealização de uma intervenção artística enquanto desdobramento do projeto.

¹ Doutora em Psicologia Social. Professora adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: jime.degaray@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0564-1056>

² Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011). Professora Associada do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: cunha.claudia@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-2338-6386>

³ Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal de São João Del Rei (MG). Doutora em Psicologia social (PUC-Rio). Professora adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: lucianafbarcellos@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-1512-9566>

⁴ Estudante de graduação do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: amandareyes014@gmail.com

⁵ Psicóloga. Estudante de licenciatura do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: biancalouvenreis@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2357-4871>

⁶ Estudante de graduação do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: nascimentosr203@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2108-6331>

⁷ Estudante de graduação do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: gabryellabazeth1@gmail.com

⁸ Estudante de graduação do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: juliana.franca@institutodepsicologiauerj.org

⁹ Estudante de graduação do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: Patricia.ceia.83@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2256-7559>

Ousando uma política de escrita outraque nos instiga a pensar numa experiência comum, e por isso mesmo heterogênea, o percurso de escrita é elaborado em forma de passeio pela intervenção.

Palavras-chave: acessibilidade; universidade; intervenção; corponormatividade; capacitismo

Entre capas, corporeidades, laberintos y casas de clase: recorridos de accesibilidad en el ambiente universitario

Resumen

En el presente texto se discute, a partir de una perspectiva ético-estético-política, con base en el método cartográfico, un proyecto de extensión enfocado en los temas de la discapacidad, la neurodivergencia y la accesibilidad en el ambiente universitario de una institución pública de Río de Janeiro. Consideramos que un proyecto de extensión tiene como presuposición metodológica la articulación entre teoría y práctica, en la cual las acciones son subsidios para pensar conceptos, y los conceptos iluminan y movilizan acciones. De esa forma, a lo largo del texto, tejemos conceptos que nos guiaron en las actividades del proyecto, del 2020 al 2023, tales como capacitismo, cuerponormatividad y accesibilidad estética. Por su parte, las acciones de intercambio de experiencias, divulgación, articulación institucional e instrumentalización de las prácticas formativas nos instigaron a buscar más base teórica y conceptual. Por último, recorreremos el proceso creativo de idealización de una intervención artística como desdoblamiento del proyecto. Atreviéndonos a otra política de escritura, que nos instiga a pensar en una experiencia común, y por eso mismo heterogénea, elaboramos el recorrido de escritura en forma de paseo por la intervención.

Palabras clave: accesibilidad; universidad; intervención; cuerponormatividad; capacitismo

Introdução

Quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata é de como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como nomeamos o que vemos ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos (Larrosa Bondía, 2002, p. 21).

No presente texto é discutido, a partir de uma perspectiva ético-estético-política, com base no método cartográfico, um projeto de extensão voltado ao tema da deficiência, neurodivergência e acessibilidade no ambiente universitário de uma instituição pública de Rio de Janeiro. Em nosso entendimento, o pressuposto metodológico de um projeto de extensão é a articulação entre teoria e prática, sendo as ações, subsídios para pensar conceitos, os quais iluminam e mobilizam as atividades. Assim, ao longo deste artigo, iremos tecer proposições que nos guiaram nas atividades do projeto, que por sua vez nos instigaram a procurar mais base teórica e conceitual.

O estilo de escrita que apresentado é rizomática, tramada e distinta em seus

diversos traçados ao longo dos tópicos do texto, de forma coletivamente compartilhada, pois tecida a muitas mãos e informada pelos processos de trabalho e pelas diferentes fases do projeto, seguindo a perspectiva cartográfica (Alvarez; Passos, 2009, p. 135), que nos inspirou na construção metodológica do projeto.

O conceito de rizoma proposto por Deleuze e Guattari (1995) é analisado por Soares e Miranda (2009) quando a autora, na tentativa de seguir as pistas que sinalizam um entendimento sobre o que seria “subjetividade” ou “produção de subjetividade”, explica que:

retirado da botânica, o conceito de rizoma distingue-se da imagem da raiz, pois suas hastes compreendem verdadeiras redes sem um eixo principal. [...] Desta forma a importância da noção de rizoma na obra de Deleuze e Guattari é capital, posto que é a subversão de uma ‘imagem dogmática do pensamento’ que procede por hierarquizações, categorias estáveis (identidade, consciência, poder) em prol de uma outra concepção de pensamento, que é puro movimento criador [...] (Soares; Miranda, 2009, p. 412).

O ato do registro escrito ou o ato de narrar, nessa direção, trata-se de um processo de criação, polifônico, dialógico, porque faz ecoar diversas vozes e se dá na medida do percurso. Toda operação inclui negociações, acordos, “escolhas” ético-políticas. O desafio de uma escrita coletiva implica tornar possível a materialização de diferentes processos singulares, que se constituem e ocorrem em uma coletividade. Singularidade e coletividade são facetas que se interconectam na experiência da construção de modos de subjetivação, e o registro escrito, forma textual de expressão, faz parte do processo de construção de sentidos, processo de construção e de cocriação.

[...] O termo “coletivo” deve ser entendido aqui no sentido de uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao socius, assim como aquém da pessoa; junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que uma lógica de conjuntos bem circunscritos (Guattari, 1992, p. 20, grifo nosso).

Fundamentando-se na “lógica dos afetos” para explicitar o modo como optamos por organizar o processo na forma textual, destacamos dois aspectos teóricos e metodológicos: a perspectiva cartográfica, consubstanciada pela discussão sobre uma “política de narratividade” (Passos; Barros, 2009) e o conceito de “experiência” de Jorge Larrosa Bondía como prática que necessariamente produz deslocamentos e afetações (Favret-Saada, 2005),

se tomarmos como parâmetro o tempo das intensidades, dos ritmos, dos acontecimentos, bem como da experiência, mais do que uma cronologia de fatos consecutivos.

A aposta na não neutralidade, que se materializa tanto no processo de construção das ações de intervenção propriamente ditas, quanto no momento do registro do processo, nos convoca a pensar na importância dos trajetos, não somente para os sujeitos público-alvo da intervenção, mas, sobretudo, para os integrantes da intervenção. De que forma o percurso da intervenção atravessa cada pessoa, de forma singular, e a coletividade? A experiência inclui, nesse sentido, ação e reflexão, teoria e prática como uma unidade constitutiva do processo de intervenção e também enquanto processo formador e educativo. Assim:

o sujeito da experiência é um sujeito “ex-posto”. Do ponto de vista da experiência, o importante não é nem a posição (nossa maneira de pormos), nem a “o-posição” (nossa maneira de opormos), nem a “imposição” (nossa maneira de impormos), nem a “proposição” (nossa maneira de propormos), mas a “exposição”, nossa maneira de “ex-pormos”, com tudo o que isso tem de vulnerabilidade e de risco. Por isso é incapaz de experiência aquele que se põe, ou se opõe, ou se impõe, ou se propõe, mas não se “ex-põe”. É incapaz de experiência aquele a quem nada lhe passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede, a quem nada o toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre (Larrosa Bondía , 2002, p. 24-25).

É fundamental destacar que este texto não apenas é escrito por docentes e discentes de graduação integrantes do projeto, mas também por pessoas com deficiência —algumas das estudantes —e pessoas sem deficiência. Essa heterogeneidade faz parte da composição do grupo do projeto de extensão desde seu início, com variações ao longo do percurso, e tem sido primordial para experimentarmos o contato com a diferença como central no processo de formação e desconstrução do conhecimento. Isso se torna relevante se considerarmos a política de escrita aqui adotada, em que o conhecimento produzido não é neutro, mas se reporta a saberes localizados, isto é, conhecimentos situados que se dispõem a “[...] possibilidades de conexões e aberturas inesperadas [...]” (Haraway, 1995, p. 33).

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo”, num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (Bakhtin, 2006, p. 127).

A perspectiva da Haraway (1995), no campo dos estudos feministas da ciência, nos

reporta a uma referência central no/do projeto: as perspectivas feministas nos estudos da deficiência, as quais afirmam a radicalidade da experiência da interdependência, reposicionando o cuidado e a relação das mulheres no âmbito do cuidado (Moreira, 2022). Como um projeto composto majoritariamente por mulheres, afirmamos que esse não foi um ponto arbitrário ou trivial. Assim, ao longo do texto, usaremos o plural no feminino ao discutir a experiência coletiva e expressaremos nossa heterogeneidade como parte central do processo de sensibilização, reflexão, criação e intervenção sobre o tema da acessibilidade.

Entendemos a acessibilidade, na trilha defendida por um grupo que pensa essas questões de forma relacional e afetiva (Mello *et al.*, 2020), isto é, como resultado de um processo dialógico, construído com a pessoa com deficiência ou neurodivergente e o mundo que as cerca. Desse modo, pretendemos que esse trabalho sirva como um mapa sensível para outras iniciativas universitárias, diante do enorme desafio colocado pela experiência da deficiência, da neurodivergência e das diferenças em geral, presentes no processo formativo ao longo da trajetória acadêmica. Tendo em vista o número ainda muito reduzido de pessoas com deficiência (PCD) nas universidades (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021), a possibilidade de o presente texto ser um farol para outras iniciativas e contextos será de enorme valia. Cabe dizer que este texto segue os passos do projeto, em termos de seus desdobramentos teóricos e reflexivos, mas também cada parte funciona em si no todo integrado, espacial e temporalmente. Nesse sentido, partimos do entendimento de que o ato de narrar é político, portanto a escrita implica uma “política da narratividade” (Passos; Barros, 2009). “A subjetividade, de fato, é plural, *polifônica*, para retomar uma expressão de Mikhail Bakhtin. E ela não conhece nenhuma instância dominante de determinação que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca” (Guattari, 1992, p. 11).

A maturidade que alcançamos ao final do projeto e do texto é, portanto, resultado de muitas idas e vindas, do reconhecimento do não saber, da invenção de caminhos nunca trilhados e da partilha entre as participantes, não sem tensões, entre o viver com e sem deficiência no âmbito universitário e na vida em geral, que se apresenta desde sempre desafiadora quando se é mulher, considerando a sinergia dos marcadores sociais da diferença, cor/raça, sexualidade, classe social e geração, e as possíveis violências que cercam corpos femininos e não normativos.

Um campo aberto no impossível chão

*E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão
(Sonho [...], 1974)*

O projeto “Uma a uma: vale muito!” nasceu como um projeto de extensão a partir de dois caminhos confluentes. Por um lado, havia uma insatisfação por parte de alunas com deficiência do curso diante da ausência de recursos de acessibilidade, restringindo a plena participação em sala de aula e em outros espaços formativos, como estágio e atividades extensionistas. Ao mesmo tempo, lidávamos com a inquietação da coordenação de saúde e de graduação do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IP/UERJ) com determinadas práticas formativas pouco sensíveis à diversidade de corpos e experiências de formação no curso de psicologia.

Vale ressaltar que o panorama de falta de acessibilidade e inclusão para alunas com deficiência e/ou neurodivergentes ganhou evidência no advento da pandemia de Covid-19, com a migração forçada dos cursos universitários para as plataformas digitais. Assim, grande parte da nossa trajetória se deu a partir desse momento e com o desafio de ampliar a discussão sobre o tema em nossa unidade. Esse novo e disruptivo contexto, exigiu novas formas de trabalho e comunicação, envolvendo tanto aspectos corporais como sensoriais (Mello *et. al.*, 2020).

Em um primeiro momento, em 2020, o grupo do projeto foi constituído por duas professoras coordenadoras e doze discentes, dentre as quais cinco alunas com deficiência visual, uma com deficiência física, uma com deficiência auditiva, um autista e quatro estudantes sem deficiência. O foco inicial era produzir e disponibilizar textos acessíveis, dentro de uma perspectiva mais objetiva relacionada às tecnologias assistivas. Nesse momento, refletimos muito sobre dois tempos das ações, um tempo curto, que exigia mudanças imediatas, dado o impacto no cotidiano da vida acadêmica, e um mais longo, relacionado à mudança cultural e institucional universitária e à quebra de barreiras atitudinais, que constituem posturas afetivas e sociais de discriminação e preconceito nas relações em diversos espaços, como o educativo (Lima; Silva, 2008). Imaginando o desafiador caminho que nos esperava, formamos um grupo de conselheiras e conselheiros, composto por militantes, pesquisadoras e docentes do campo da deficiência. O grupo foi acionado ao longo do percurso, através do compartilhamento de orientações teóricas, metodológicas, éticas e políticas.

Dessa maneira, nós, integrantes do projeto, nos reunimos semanalmente através de uma plataforma digital para pensar e discutir sobre a importância da reflexão sobre deficiência, neurodivergência e acessibilidade no contexto do curso, buscando acessar os sujeitos que partilham o mesmo espaço, criando conexões, além de entender as vivências, as sobre-vivências e experiências no espaço acadêmico.

Durante esse processo, foi possível compreender como cada corpo é um universo e possui sua forma de existir —daí o nome do projeto “Uma a uma: vale muito!”—, e que nos múltiplos contextos sociais da vida é necessário buscar a compreensão da diversidade. Para romper com a produção e reprodução de preconceitos, segregação e cerceamento de direitos frente ao campo da deficiência e da neurodivergência, a universidade tem importante papel. Também pensamos que seria necessário compreender as normas sociais que estruturam as relações, separando corpos a partir de critérios normativos e ideias do que seria biologicamente “normal” do que seria “patológico”, desviante ou “anormal”. Nesse sentido, em primeiro lugar, exploramos os conceitos de acessibilidade, corponormatividade¹⁰ e capacitismo. Esse último entendido como a:

[...] atitude de considerar as pessoas com deficiência como não-iguais e “incapazes” de gerir suas próprias vidas, vendo-as como sem autonomia, dependentes, desamparadas, assexuadas, condenadas a uma vida eterna e economicamente dependente, chegando até mesmo a vê-las como não aceitáveis em suas imagens sociais ou como menos humanas (Mello et. al., 2020, p. 6).

Assim, no primeiro ano de trabalho, as ações foram subdivididas em quatro momentos-eixos:

- a) acolhimento e troca de experiências em encontros semanais, realizados em formato
- b) tentativa de mapeamento do perfil de estudantes com deficiência ou neurodivergentes no curso através de formulário digital de autopreenchimento;
- c) lançamento e divulgação do projeto na instituição, a partir de eventos

¹⁰ Segundo Mello et. al.(2020), baseados/as em uma fala de Camila Alves(2020), “[...] a acessibilidade pode ser pensada de uma forma mais ampla, como um modo de criar conexões e vínculos perante as contingências de nossas multiplicidades corporais e comportamentais” (Mello et al., 2020, p. 11). Ainda segundo esses/as autores/as, em respeito à ideia de corponormatividade, explicam: “não há nada de natural nos nossos modos corporais de existência. São modos de agir, perceber e se orientar que são moldados por certos enquadramentos sociais que privilegiam determinados tipos de corpos e comportamentos em detrimento de outros. E os mesmos padrões normativos que fazem certos corpos parecerem normais, também geram a experiência internalizada da anormalidade na deficiência –os padrões da falta, da incapacidade e da inadequação que muitas vezes são considerados corporificados no processo de se tornar uma pessoa com deficiência” (Mello et al., 2020, p. 7).

acadêmicos construídos coletivamente com a presença de pesquisadoras com deficiência;

- d) criação de pequenos vídeos informativos, “pílulas”, com foco no contexto de formação remota.

As “pílulas” de comunicação foram produzidas pelas participantes do projeto, contando com o apoio do centro de comunicação da UERJ, trazendo a reflexão sobre a acessibilidade no espaço acadêmico e mostrando que alguns conteúdos do campo da deficiência não são abordados. Para essa construção audiovisual, as estudantes do projeto pesquisaram os assuntos, construíram os textos de divulgação e protagonizaram os vídeos. A ação permitiu o debate e a orientação sobre acessibilidade em ambientes digitais e atividades remotas, destacando aspectos que geram uma melhoria no contato docente-estudante e no contexto de sala de aula. Os vídeos estão disponíveis no YouTube¹¹ e foram exibidos durante um mês nas televisões do campus universitário, no retorno presencial, em 2022.

O tema da acessibilidade, sobretudo em contexto de formação remota, mereceu destaque, seja pelo engajamento de discentes e docentes, seja pelo número de participantes e visualizações. Assim, as pílulas abordaram os seguintes temas: o que é acessibilidade? Por que pensar sobre o capacitismo? E no contexto remoto, como facilitar o acesso?

Acessibilidade para o âmbito acadêmico. Muitos dos pontos levantados nos vídeos não eram destinados exclusivamente a pensar a acessibilidade para a PCD ou neurodivergente, pois as ações facilitavam a comunicação e promoviam a ampliação da leitura de mundo entre todas as pessoas, contribuindo para a qualidade das interações humanas.

O seminário de inauguração do projeto, intitulado “Acessibilidade e Corponormatividade: Um debate necessário”¹², foi um marco importante. Realizado em agosto de 2020, mediado pelas coordenadoras do projeto, o evento contou com apoio de instâncias da universidade e reuniu pesquisadoras/es de referência no campo, as/os professoras/es Alzira Brando, Marco Gavério e Moira Braga, além de dois estudantes do projeto, César Medeiros e Heloisa Alves. O evento foi uma oportunidade de deixar marcado na história do IP/UERJ um grande debate sobre capacitismo e acessibilidade. A presença de pesquisadoras/es que vivem com alguma deficiência provocou, desde a sua construção, uma fissura frente às expectativas sociais convocadas na “figura” mais comum de cientistas/especialistas “distantes” de seus temas de estudo. A ideia de trazer uma fala acadêmica de quem vive a deficiência e/ou a

¹¹ Um resumo da iniciativa pode-se ser verificado na matéria da TV UERJ <http://www.cte.uerj.br/noticias/ovos-videos-buscam-sensibilizar-sobre-acessibilidade-na-universidade/>

¹² Pode ser acessado no link <https://www.youtube.com/watch?v=YNIFGixbT00&t=14s>

neurodivergência foi, por esse motivo, disruptiva. Assim, a abertura do evento foi permeada pela emoção, sobretudo por reunir PCDs e pessoas neurodivergentes dentro da perspectiva “nada sobre nós, sem nós”, lema do movimento.

O cientista social Marco Gavério chamou a atenção para a criação de leis e movimentos sociais, seus marcos históricos e políticos, dando ênfase à igualdade de oportunidades, a partir de debates que colocaram a pessoa com deficiência como sujeito de direitos. Já a pedagoga Alzira Brandotrouxe a importância de debater acessibilidade e mobilidade, distanciando-se da ideia padrão do modelo pronto de sociedade que precisa incluir outro indivíduo, partindo do pressuposto de que é preciso transformar a forma como nos relacionamos nos espaços e nas instituições, que deveriam ser pensadas e arquitetadas para todas/os. Atriz, bailarina e performer Moira Braga enfatizou o desmonte das políticas públicas no governo bolsonarista, o que afetou profundamente a garantia de direitos das PCDs e pessoas neurodivergentes. Segundo a professora, as políticas públicas de acessibilidade fazem parte do processo criativo e da arte, compondo um aspecto inventivo e solidário. Por fim, ela destacou que a cultura atual do corpo padrão mostra como a sociedade ainda está despreparada para defender o campo da deficiência, produzindo preconceitos, espanto e inviabilizando seus corpos.

A então estudante e hoje psicóloga formada Heloísa Alves rememorou sua experiência de formação e os desafios postos para a instituição para responder às demandas de acessibilidade e as necessidades individuais, sem perder de vista as dimensões coletivas que precisam ser mobilizadas quando se trata de pensar em experiências comuns e compartilhadas pelas/os estudantes com alguma deficiência ou neurodivergência. E o então estudante e atual psicólogo formado Cesar Medeiros, partindo do estigma construído em torno do autismo, falou em nome da própria experiência e causa política, com o que buscou desconstruir imagens e representações socialmente compartilhadas sobre o transtorno do espectro autista (TEA), reivindicando espaços acadêmicos mais abertos à (neuro)diversidade e ainda uma aposta afetiva e intelectual em estudantes neurodivergentes. Além do Seminário, realizamos também um fórum temático com a participação da psicóloga Camila Alves. Em celebração ao dia nacional da luta das pessoas com deficiência, o evento, intitulado "Dimensões sensíveis da acessibilidade"¹³, teve como objetivo colocar em pauta a perspectiva da acessibilidade como uma questão de saúde para pessoas com deficiência e neurodivergentes, buscou ainda mostrar a importância de promover as possibilidades de defesas

¹³ Pode ser acessado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=Qms-ONiwnZg&t=1s>

e marcos éticos, além das implicações da psicologia com o tema.

Ambos os eventos permitiram às estudantes exercer protagonismo na visibilização da temática, bem como na formação teórico-metodológico-política do grupo. Portanto, com a presença de especialistas, aprendemos sobre as políticas de acessibilidade na educação superior e a importância da temática para a psicologia.

Vale dizer que o projeto, embora oficialmente registrado no ano de 2021, foi gestado no decorrer do período acadêmico emergencial de 2020, quando tudo era desafiador e recente para todas. Os encontros nesse período se constituíram como um espaço sensível e potente de troca de experiências, especialmente entre as alunas com deficiência que passavam por situações muito similares de exclusão. Tratou-se de um processo coletivo de aprendizagem, deslocando e ressignificando muitos conceitos e crenças que atravessam os corpos com deficiência. De acordo com Débora Diniz (2007), a experiência da desigualdade se manifesta em uma sociedade pouco sensível à diversidade dos estilos de vida. Assim, a falta dessa sensibilidade alimenta um ciclo de violência, capacitismo e falta de acessibilidade.

Com esse projeto, sonhamos colaborar para tornar a instituição mais acessível, anticapacitista e expandir essas reflexões, abordando o que é acessibilidade, e a necessidade de pensar sobre o capacitismo. Nos indagamos: no contexto remoto, quais seriam as estratégias para facilitar o acesso, ainda mais em um período de isolamento social e como ampliar tudo isso para outros contextos? Surgiram então ideias como realizar áudio-descrições de imagens e gravação de textos usados nas disciplinas do curso, bem como possíveis articulações para conectarmos departamentos, a fim de tornar os materiais e aulas mais acessíveis. Nesse quadro, também utilizamos redes sociais como Instagram e YouTube para divulgar os eventos promovidos pelo projeto.

Quando falamos de sensibilidade, buscamos fazer com que todas as pessoas, incluindo aquelas sem deficiência, reflitam sobre a possibilidade de perpetuarem violências no campo da deficiência, inclusive dentro da universidade, levando-as a pensar no que pode ser feito para mudar essa realidade. Falamos também para provocar a instituição a compreender que, além das paredes do lugar de formação, ela também é um lugar de sensibilização. Portanto, indagamos quais articulações estariam sendo praticadas a respeito da diversidade e da acessibilidade. Fez parte desse sonho também colaborar para que se cumpra o papel da extensão, almejando ampliar os recursos para a sociedade e continuar entendendo a universidade enquanto instituição que vai para além da formação profissional, por ser espaço de consciência política e de luta, através da conexão entre as diferenças, buscando a garantia de

direitos.

Assim, lidar com algumas armadilhas capacitistas foi parte fundamental do processo de aprendizagem coletiva. A tentativa de elaborar um formulário de levantamento do perfil de estudantes com deficiência ou neurodivergentes para ser preenchido pelas/os estudantes do curso foi um exemplo disso. Durante todo o trabalho de construção das questões, reproduzimos, sem nos dar conta de imediato, o paradigma de que as barreiras estão no corpo de quem experiencia uma deficiência e não nos espaços sociais, conforme o modelo social da deficiência, o qual será abordado mais adiante.

Dos desafios da abertura conceitual e prática

Desde os primeiros encontros do grupo, em 2020, o que nos convidou a vibrar foi o interesse na compreensão de cada palavra. Pensamos nos conceitos como música, em que cada conceito tem um tom. Como reger esta sinfonia surgida de uma proposta democrática?

Assim, na medida que o objetivo do projeto —isto é, desenvolver ações pedagógicas e articulações institucionais no IP/UERJ para a promoção da acessibilidade na formação de estudantes com experiência de deficiências ou neurodiversidade no curso —foi se consolidando, surgiram muitos conceitos que nos fizeram vibrar, que nos forneceram um saber tocante de dentro do grupo para fora. Nesse processo, a parceria do grupo de conselheiras e conselheiros do projeto foi fundamental, ao nos mostrar a disputa de narrativas que os movimentos sociais anticapacitistas têm travado na história do debate público sobre o tema, em articulação, mas também em movimentações de abertura de espaços e rupturas epistemológicas, com universidades, políticas públicas e espaços parlamentares. Trazemos aqui alguns conceitos que nos atravessaram nos últimos dois anos, com os quais operamos na prática, iluminando nossos objetivos.

De acordo com Diniz (2007), a aproximação dos estudos sobre deficiência de outros conhecimentos já consolidados, como os estudos culturais e feministas, desafiou a hegemonia biomédica do campo. O primeiro resultado desse encontro teórico foi um extenso debate sobre como descrever a deficiência em termos políticos, e não mais estritamente em termos diagnósticos e médicos. Segundo a autora, para os precursores dos estudos sobre deficiência, a linguagem referente ao tema estava carregada de violência e de eufemismos discriminatórios: "aleijado", "manco", "retardado", "pessoa portadora de necessidades especiais", "pessoa especial" etc. Tomando como norte esse referencial crítico, nosso

projeto assumiu uma positividade discursiva, ou seja, a deficiência não é somente a expressão de uma restrição de funcionalidade ou habilidade. Adotamos o modelo social da deficiência, segundo o qual a desigualdade entre corpos considerados “normais” ou “anormais” só se manifesta em uma sociedade pouco sensível à diversidade de estilos de vida.

Consideramos, na esteira dos ensinamentos de Canguilhem (2009, p. 64) que: “o que caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas”.

Além dessas dimensões, entendemos que a deficiência é um tema emergente para as políticas públicas, particularmente as de caráter distributivo e de proteção social (Diniz, 2007). Contudo, observa-se que as noções de barreiras, acesso e inclusão, mesmo que já estejam sendo pensadas há alguns anos em dimensões éticas, políticas e socioculturais, na prática, ainda são dispostas como demandas individuais, pontuais e circunscritas aos corpos com deficiência (Mello et al., 2020).

Dessa forma, o arcabouço teórico-político que nos guia é o modelo social da deficiência, que propõe pensar a deficiência como diversidade humana, não como uma desvantagem, conforme dispõe o modelo biomédico estigmatizante que se restringe ao diagnóstico das doenças e reabilitação do corpo (Diniz; Barbosa; Santos, 2009). Diniz (2007) ressalta que o sistema biomédico impulsiona a desigualdade entre as pessoas com deficiência e as pessoas sem deficiência, quando profere em seu discurso a deficiência como uma tragédia pessoal e impossibilita, através das barreiras sociais, esses corpos de gozar da vida como qualquer outro.

Pensar no modelo social da deficiência é pensar na desconstrução gradual de um olhar biomédico cristalizado, que desvaloriza a experiência singular do sujeito e vê o corpo com deficiência como aquele que precisa se adequar às normas sociais e ser restituído, para, então, ser incorporado na sociedade. Os métodos de acessibilidade centrados puramente em dispositivos técnicos, numa perspectiva assistencialista, promovem desigualdade e demonstram o quanto a concepção biomédica é insuficiente para um tema importante como este. Aceitar que tais métodos são suficientes pressupõe que a questão se restringe às pessoas com deficiência e/ou neurodivergentes, quando na verdade são as barreiras sociais presentes na sociedade que restringem a participação efetiva desses corpos (Diniz; Barbosa; Santos, 2009). Desse modo, tentar promover uma acessibilidade voltada para a reabilitação em que o sujeito deve se adequar ao contexto de opressão, em vez de possibilitar

uma modificação do meio social para uma participação efetiva de todas as pessoas e todos os corpos, caminha no sentido contrário do que se propõe pensar a concepção social.

O projeto foi atravessado por essa compreensão social da deficiência, por entender a urgência de uma acessibilidade múltipla, que valoriza as diversas formas de ser e estar no mundo. O corpo com deficiência é uma das variadas formas de viver e não deve ser visto como "anormal", pois tal visão faz com que todo modo de existência diferente do padrão normativo seja alvo de

opressão e discriminação. Nesse sentido, as barreiras sociais que pessoas com deficiência enfrentam diariamente são as maiores causas da desigualdade, por isso precisam ser transpostas. Desse modo, através de suas ações, desde o começo, o projeto buscou viabilizar a dimensão sensível, considerando os aparatos técnicos importantes, mas propondo algo que transcenda esse tipo de acessibilidade.

O modelo social da deficiência permite pensar o “corpo com impedimentos” a partir da relação entre corpo, pessoa e sociedade. Olhar para a deficiência e refletir sobre a produção histórica de corpos com especificidades e sua interação com uma sociedade fechada para o diferente possibilita analisar novas formas de promover a acessibilidade sem um viés adaptacionista, com a finalidade de romper com as barreiras sociais que promovem sofrimento e desigualdade. Com isso, tal concepção nos atravessou e forneceu um saber tocante que se desdobrou em articulações e ações do projeto.

Ao discutir a pertinência desse modelo, especialmente por estarmos num curso de psicologia, campo de conhecimento-atuação constantemente demandado a atender —e muitas vezes atende —a objetivos individualizantes, que buscam adaptar indivíduos a contextos que não são problematizados (Gesser; Nuernberg; Toneli, 2012), fomos afetadas por uma perspectiva que nos convoca a pensar as formas com que a sociedade estabelece padrões de perceber, sentir e agir no mundo.

Assim, no decorrer do projeto, foi necessário compreender e questionar processos e lugares pré-estabelecidos, desnaturalizar pressupostos de normalidade que não apenas separam corpos “capazes” e “incapazes” a partir da corponormatividade, mas instauram padrões que limitam todas e todos.

Ao pensarmos, sentirmos, acessarmos e habitar-mos a universidade de formas distintas e desiguais, entendemos a deficiência como uma categoria de análise e de intervenção (Gesser; Nuernberg; Toneli, 2012) que se articula com outros marcadores sociais da diferença, tais como, raça, gênero, território, classe social, geração, sexualidade e identidade de gênero nos percursos

na instituição, caracterizados por processos de opressão, discriminação e exclusão da plena participação social.

Partimos do pressuposto de que o capacitismo é estrutural e estruturante, ou seja, ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes (Gesser; Block; Mello, 2020, p. 18).

Apostamos no entendimento e na análise crítica dessa articulação de enorme força nos processos de subjetivação, aposta que também se constitui por uma compreensão das possibilidades de construção de outros caminhos. Não é apenas a violência que nos constitui enquanto sujeitos, docentes, estudantes, pesquisadoras, psicólogas. É o trabalho nas alianças, na abertura à diferença, à transformação. Essa perspectiva nos mobilizou nas ações de sensibilização junto ao corpo docente, com os vídeos-pílulas, com o material enviado buscando instrumentalizar práticas acessíveis de ensino, propondo outras práticas pedagógicas, com a organização de eventos que visaram à pauta da discussão no curso e na universidade e, finalmente, com a proposta de intervenção artística, que constituiu o processo final do projeto.

Em meio a todos os transtornos de uma pandemia, estávamos nós, o grupo, tentando mediar soluções para dar conta das necessidades urgentes do fazer acadêmico. Tudo parecia atrasado, todo trabalho nos parecia pouco, até que percebemos que cadauma precisava caminhar no seu ritmo, pois é justamente o ritmo frenético imposto pelas necessidades capitalistas, associado ao trefismo e à aceleração do tempo, o que exclui e adoce (Rocha, 2006). Até então não sabíamos que, a cada "E" da dinâmica dos diferentes tempos de agir, sentir e pensar, tudo se tornava possível e orgânico.

Outro conceito surgiu e nos nutriu, "acessibilidade estética", proposto por Camila Alves no Fórum anteriormente mencionado. No diálogo, ela compartilhou um relato que mostrava de que forma o trabalho no setor educativo de um importante centro cultural da cidade a fez pensar em "como a acessibilidade faz parte da saúde das pessoas com deficiência e como a ausência de acessibilidade é um fenômeno adoece, e como o capacitismo adoce as nossas vidas" (DIMENSÕES SENSÍVEIS DA ACESSIBILIDADE, 2021). Essa reflexão vai ao encontro das discussões de um trabalho da autora, em co-autoria, no qual as pesquisadoras afirmam que "[u]ma acessibilidade capaz de deixar marcas seria uma acessibilidade capaz

de produzir uma experiência sensorialestética” (Alves; Moraes, 2018, p. 591).

No evento, Camila Alves iniciou uma conversa sobre os desafios que observou em sua trajetória profissional como educadora e mediadora do referido centro cultural. Em especial, discutiu sobre o dilema de como pensar recursos de acessibilidade em museus que fossem além de meros recursos informativos/descritivos das obras de arte e, a partir disso, sobre como produzir ferramentas que pudessem proporcionar formas alternativas de pessoas com deficiência visual experienciarem as exposições artísticas.

A “acessibilidade estética” defendida pela pesquisadora visa à elaboração de estratégias COM pessoas com deficiência e não só estratégias PARA ou SOBRE pessoas com deficiência. Igualmente, que esses recursos de acessibilidade não restrinjam seus objetivos em restituir uma falta no sujeito, mas que explorem diversidades e formas mais sensíveis de experienciar o mundo.

A partir do lugar de pessoa com deficiência que usa ações e propostas de acessibilidade e, ao mesmo tempo, trabalha para propor e executar essas ações, Alves percebia que as pessoas realizavam grandes esforços, com muitas informações, para tornar o espaço acessível para ela, mas que existia um limite entre a informação e a experimentação. Alves citava: “a informação por si só não era capaz de me fazer experimentar como eles experimentavam quando viam essa obra de arte”. Ela discute esse processo há 10 anos, pensando formas de acessibilidade que não passem apenas pela informação, com recursos como audiodescrição e placa tátil, mas pela produção de uma experiência.

Assim, o objetivo da acessibilidade estética, segundo Alves, é “abrir campos e possibilidades de discussões com relação a uma determinada obra de arte”, a partir de um embasamento do modelo social da deficiência. Desta forma, problematiza-se a falta de estratégias de acessibilidade estética nos espaços culturais e educativos e não se centra no corpo de quem experimenta deficiência. Assim, como Alves propõe, se “leva esta discussão para um âmbito mais institucional, para o âmbito de políticas e ferramentas de acessibilidade”. A partir do pensamento de Mia Mingus, Alves afirma que “a acessibilidade não é fruto de uma interação logística, a acessibilidade é fruto de uma interação humana”. O evento foi tão impactante para a nossa equipe, que, a partir dele, surgiu a proposta da intervenção artística, a qual traremos mais adiante.

Após o evento, elaboramos um texto para o Boletim do IPUERJ, publicação interna da instituição, buscando reverberar o acontecido no evento, do qual destacamos alguns fragmentos mais importantes:

O Fórum, além de nos fazer refletir sobre a forma e o tempo em que as interações se dão, também nos envolveu em um afeto em comum, gerando uma atmosfera de encantamento. [...] Que projeto de sociedade está em jogo? Como a acessibilidade pode rimar com arte, potência do encontro, força da mudança e da transformação? [...]

Na dinâmica do encontro, Bianca Louven levantou uma questão: “Como levar a ideia de acessibilidade estética para as universidades?”. Camila Alves respondeu: “é preciso pensar a quem serve não saber produzir um material acessível! A quem serve o desconcerto de não saber o que fazer? Definitivamente isso não serve mais pra gente, isso não é mais resposta para nossas existências e isso não é mais resposta para o nosso processo de formação” (Cunha; de Garay Hernández, 2021, p. 20).

A partir do que pensar em acessibilidade estética nos provoca e recuperando, de todo nosso processo, a centralidade da sensibilidade na produção de “territórios existenciais” (Guattari, 1992, p. 14), em 2022, direcionamos nosso trabalho para um ciclo de formação e fortalecimento do nosso grupo, que culminou na idealização de um projeto de intervenção artística na instituição. Tivemos como inspiração a metodologia do Instituto de arte Tear¹⁴, que, em linhas gerais, propõe um fluxo de trabalho organizado nos módulos “Ser”, que gira em torno do nosso lugar no mundo, do lugar sensível da nossa existência; “Pertencer”, que se debruça na nossa pertença a grupos sociais, familiares e redes de apoio; “Perceber”, que mergulha nas diferenças dos cinco sentidos, no modo de sentir e estar no mundo; e “Criar”, que toma a potência criativa como força para transformar as relações.

Assim, ao longo do ano, fizemos diversos tipos de encontros com conselheiras e conselheiros, que generosamente compartilharam conosco os acervos de conhecimentos teórico-prático-políticos, vivenciais com a coordenação do projeto e das alunas que participam dele. Os encontros com conselheiras e conselheiros tiveram as seguintes temáticas: “O amparo dos marcos legais”, na conversa com Francine Dias, “Nada sobre nós sem nós”, com Anahi Guedes e Marco Gavério, “Um jeito diferente de existir no mundo: problematizando o conceito de inclusão” com Alexandra Tsallise “Não estamos sós: grupos de pertença, acolhimento e apoio social”, com Laureane Costa.

Uma criação coletiva que modifica subjetividades e espaços físicos e simbólicos

Já no terceiro ano do projeto, pretendíamos responder a algumas questões prementes na universidade, especificamente no Instituto de Psicologia: “quais as demandas das/os estudantes com deficiência e neurodivergência? Como a universidade é percebida e

¹⁴ INSTITUTO TEAR. Rio de Janeiro, [20-?]. Disponível em: <https://institutotear.org.br/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

praticada pelas/os estudantes com deficiência e neurodivergência? Que sentidos essas/es estudantes atribuem à universidade a partir do modo como a instituição se relaciona com eles/elas?

A equipe mudou: algumas pessoas se desligaram do projeto, outras entraram, incluindo uma docente e novas estudantes, todas mulheres sem deficiência. A partir da revisão de conceitos e objetivos, embarcamos num processo de construção coletiva de uma intervenção artística na universidade, nos inspirando na metodologia do Instituto de Arte Tear, que inclui quatro módulos específicos, já mencionados anteriormente. De forma a subsidiar a construção da criação-intervenção artística, retomaremos dois módulos —“Perceber” e “Criar” —como parte de uma proposta de formação, que inclui produção de conhecimento, intervenção e seus desdobramentos. O módulo “Perceber” serviu de inspiração para uma experiência de sensibilização do grupo para as diferenças nos modos de perceber e estar no mundo. O módulo “Criar”, em diálogo com o anterior, utilizou um acervo de conhecimentos a partir dos encontros com as/os conselheiras/os e de textos escritos com relatos de experiências e poesias trazidas pelas discentes.

Refletindo sobre as nossas variadas formas de perceber e se perceber no espaço, dois poemas foram elaborados por duas estudantes “deficientes visuais”¹⁵. Os poemas constituem uma escrita que denuncia e mostra múltiplas forças e afetações no espaço universitário, que interpela as tentativas de homogeneização da experiência de estudante. A partir dessas elaborações, nos inspiramos, todas, para propor a intervenção. Assim, a seguir, percorremos o processo criativo de idealização da intervenção enquanto desdobramento do projeto, ousando uma política de escrita outra, que questiona a hegemonia na escrita acadêmica, que nos instiga a pensar uma experiência comum, e por isso mesmo heterogênea (Kastrup; Passos, 2013), que acolhe as polifonias de vida, o percurso será elaborado em forma de passeio pela intervenção.

O início

Você chega à universidade. Pega o elevador, sobe até décimo andar. Sobe a rampa, seja andando ou de cadeira de rodas, e vira à direita. Em uma das salas do corredor, tem uma mulher que te convida a entrar na intervenção. Ela te auxilia a acessar, com seu celular, uma

¹⁵ A expressão foi deliberadamente utilizada, a partir do processo de construção identitária das estudantes, que se posicionam politicamente a partir da identidade “defiça”.

plataforma que vai te guiar pela intervenção. Antes de entrar na sala, você tem que ler ou ouvir, no seu celular, a primeira provocação: "Pára e pensa: como você chegou até aqui?". É um convite a uma reflexão: você lembra como foi a sua experiência até chegar à porta? Como você teve que se preparar para sair de casa? Que pessoas você encontrou no caminho e na própria universidade e qual foi sua interação com elas? Alguma te ajudou em algo? Você ajudou alguma? Quanto tempo demorou para chegar? Que formas de transporte teve que usar? Como está sua respiração? Quão agitado está seu batimento cardíaco? Quão automático é esse seu trajeto cotidiano?

O processo de construção artística do projeto ocorreu em momentos interrelacionados: os primeiros encontros, de nutrição estética, e o processo de criação, que nos levou a pensar como materializar as ideias em arte a partir de uma perspectiva de acessibilidade estética. Como exercício prático, foi sugerido para o grupo que cada uma das integrantes respondesse e colocasse em reflexão a experiência de prática e habitação do espaço/território da/na universidade, a partir das perguntas: "De que forma você habita o espaço da universidade?", "Como você descreve sua forma de praticar o espaço?", "Quais as diferentes formas de habitar o espaço?" e "Como a experiência no projeto nos sensibiliza, nos toca, nos afeta?".

Entendemos por território, o espaço praticado e experienciado pelo sujeito, incluindo os sentidos atribuídos ao espaço, no âmbito de uma linguagem contextual. Definir o conceito de território/espaço implica em situar o contexto de prática e de reflexão para além do espaço físico, nas suas dimensões afetiva e simbólica. No mesmo entendimento de Nogueira (2009) de que a subjetividade "compreende um processo de construção social, intimamente relacionado com as mudanças nos modos de organizar o território e atuar politicamente" (Nogueira, 2009, p. 71), nos alinhamos com a definição que a autora traz de cidade a partir da análise da "lógica espacial" e suas apropriações:

Podemos olhar a cidade aprendendo a ler em seu desenho, nas formas de nossos modos de vida, concretas-materiais, a lógica social que a engendra. A história está escrita na cidade, em sua arquitetura, em suas imagens e marcas, no que está explícito, exposto, e naquilo que é invisível e despercebido. Buscamos construir uma compreensão da vida social a partir da análise da lógica espacial: na própria escrita da cidade, na fluidez das relações que se constroem a partir de um determinado lugar que, de forma dialética, determina esta fluidez, pois "o homem não vê o universo a partir do universo, o homem vê o universo desde um lugar" (Santos, 1987, p.81), o que faz toda a diferença (Nogueira, 2009, p. 74).

A arte e a poesia como formas de expressão das experiências e dos afetamentos nos espaços da universidade/cidade surgem como recursos de estudantes do grupo que inspiram reflexões a respeito de eixos temáticos que norteiam as ações e nutrem o projeto. As estudantes com deficiência visual compartilham, a partir desse dispositivo, suas formas de ser,

perceber e criar¹⁶:

Quando parei para refletir sobre minhas experiências e vivências na UERJ me veio na mente o trecho da música Amianto;

*"[...] Que a vida é como mãe
Que faz um jantar e obriga os filhos a comer os vegetais
Pois sabe que faz bem
E a morte é como um pai
Que bate na mãe e rouba os filhos do prazer de brincar
Como se não houvesse amanhã"*

A UERJ, nossa mãe calorosa e acolhedora, mesmo com suas falhas é pra mim o único espaço onde eu posso ser. Me permite ter a oportunidade de sair de casa, interagir com outras pessoas, me dá a chance de viver. Quando eu me tornei uma pessoa com deficiência tentaram me convencer de que eu estava sentenciada a uma vida de reclusão e isolamento. E eu sabia que só seria livre se eu entrasse na universidade, especificamente na UERJ. Ela me escolheu. No entanto, temos o pai, a sociedade capacitista, que bate na mãe e nos rouba a oportunidade de desfrutar dos anos que deveriam ser os mais incríveis da nossa juventude. Isso nos mata de pouquinho em pouquinho. Apaga e deforma quem somos. Cada cicatriz conta a história de uma batalha, mas me faz me esquecer de quem eu sou. Não quero mais ficar tentando me enquadrar, esperando ser aceita. Cansei disso. Às vezes a sensação que eu tenho é de estar usando a capa da invisibilidade do Harry Potter. As pessoas não estão me vendo? Não deveria ser o contrário? Enfim, aprender a ser autossuficiente foi quase obrigatório para sobreviver nas paredes cinzas e frias da UERJ. A UERJ para mim é esse misto de ambiguidades." (Bianca Louven)

Corpo

O corpo, este aqui ao qual eu habito não é meu. Este corpo pertence a dois olhos confusos e aflitos, olhos com grades de dentro para fora. Olhos por onde outros olhos frustrados desejam ser olhados. Este corpo não me pertence, este complexo saco de ossos pertence a este nariz radar, um localizador de perfumes e odores de outros corpos que deste se afastam. Pertence também a dois ouvidos muito bem sintonizados nas vozes que vão e voltam sem rosto, conhecidas que se vão ao longe. Este corpo pertence a algumas mentes impregnadas e aprisionadas nas paredes dos corredores onde este corpo perde o rumo, ele não pode dançar, não pode gozar, não pode ser tocado nem mesmo pelos dedos que nele se acoplam. Meu corpo é da camisa de força formada de músculos tensos. Aqui não! A camisa de força invisível e poderosa se aperta, é assim que dever ser. Deve? No silêncio da solidão de um corpo, outros corpos se

¹⁶ As autoras dos poemas são também autoras do presente artigo.

fazem, dançam, gozam e livres são pela força das grades destes olhos, de fora para dentro. (Patricia Ceia).

Analisar as experiências e práticas institucionais requer compreender a instituição como microcosmo da cidade mais ampla, ou seja, as relações e interações sociais, processos de exclusão-inclusão e redes de poder ocorridas nas práticas cotidianas nas instituições, refletem as experiências que acontecem para além dos muros da universidade. Estar na universidade implica deslocamentos e trajetos cotidianos. Da casa para a universidade. Da universidade para a casa. Os transportes coletivos e suas condições na cidade possibilitam o fluxo, mas impõem restrições, desafios e negociações, considerando a diversidade de formas de perceber e experienciar a circulação e a participação numa cidade excludente, cujos acessos e condições privilegiam determinados coletivos em detrimento de outros.

Estar em um espaço coletivamente compartilhado significa fazer parte desse coletivo? Significa com-partilhar o espaço? A universidade é praticada da mesma forma por todos e todas as estudantes? Como o espaço dialoga com a diversidade? O que ele permite e o que ele restringe? Pensar em processos de subjetivação, modos de sentir, se perceber e ser percebida inclui a dimensão afetiva do espaço.

Agora você consegue entrar na sala da intervenção, e se depara com um barbante que vai te mostrar o caminho.

A capa

Você entra na sala e é orientada, na plataforma, a começar o percurso pelo espaço, indo para a esquerda. O primeiro artefacto que encontra é uma capa, que você pode sentir e vestir. Seu guia virtual te apresenta um trecho de uma poesia:

Às vezes a sensação que eu tenho é de estar usando a capa da invisibilidade do Harry Potter. As pessoas não estão me vendo? Não deveria ser o contrário? (Bianca Louven)

Como se dá o apagamento e a invisibilização estando no mesmo espaço de convivência coletivamente compartilhado? Como é refletir sobre a experiência em um espaço público? A visibilidade possibilita um reconhecimento simbólico, legitima a garantia de direitos à diversidade de formas de perceber e praticar o espaço. Essa mesma visibilidade, se experienciada em um cenário excludente, característico do nosso sistema capacitista, pautado em uma concepção de normalidade associada a uma visão do corpo e de suas

capacidades, em uma perspectiva puramente biomédica, faz com que as especificidades sejam marcadores sociais da diferença, no sentido de estabelecer relações hierárquicas entre os sujeitos. Dessa forma, a visibilidade, tanto legitima o direito de estar no mundo, quanto enquadra os sujeitos em uma norma, destacando-os de forma a inferiorizar certas coletividades. O apagamento e a invisibilização da diversidade desencadeiam experiências de sofrimento de diferentes ordens. É preciso analisar tais experiências como efeito dos processos políticos e de inclusão-exclusão social, institucional, cultural, produzidos e reproduzidos nas práticas cotidianas. Você pode continuar o percurso, seguindo o barbante...

Manequim

Seu próximo encontro é com uma pessoa que será representada por um manequim, colocado em pé, ao lado da capa de invisibilidade. Vivencie essa experiência em dois momentos.

Primeiro perceba esse corpo, toque, observe, sinta seu cheiro, ouça se for possível, respire fundo e agora comece a se observar, observe o que surge em você, quais são seus pensamentos, suas sensações, as perguntas você se faz. Quem é essa pessoa? O que ela desperta em você? Como você a definiria? Que características você atribui a ela?

Agora experimente um segundo momento. Ao seu lado, em uma mesa, há acessórios disponíveis para que você construa uma pessoa imaginária: a capa de invisibilidade, uma carteira de trabalho, umacarteirinhada UERJ, uma bengala verde. Um óculos, uma cadeira de rodas, uma muleta, uma mochila, um pincel, um celular, um controle de videogame, um fone, peças de roupas e adereços. Pense. Sinta. Como você escolheu esses acessórios? Como você descreve e define essa pessoa que você criou?

Imaginemos agora um encontro entre as duas pessoas que você criou nessa intervenção. Como se daria esse encontro? Essa aproximação? Essa comunicação? Há uma identificação?

A cena proposta na intervenção resgata a produção de subjetividades como processo que se constitui nas relações sociais, nos territórios e espaços praticados. As formas de se perceber e perceber a/o outra/o, que se dão nos processos de interação social, relacionam-se, por sua vez, com os códigos culturais. Nesta direção, indagamos: quais são os paradigmas e em que contextos sociais e políticos são produzidos os códigos culturais instituídos e tomados como referenciais de normatividade? Como se constrói a “corponormatividade”?

A casa de aula

Como artefato seguinte, você se depara com uma instalação chamada “Casa de aula”, em que, ao entrar em uma cabine confeccionada de papelão, se você for vidente, passa a não ver mais o que está a sua volta, mas continua sendo vista por quem está fora da cabine e começa a escutar barulhos e ruídos que remetem à universidade ou à “Casa de aula” —sons do metrô, do elevador, de maritacas, de falatórios, de festas, de palestras, de reuniões —através da utilização de um fone de ouvido disponibilizado na instalação. Também existe a possibilidade de a plataforma do seu celular descrever por escrito esses sons para você. Tem também cheiros encontrados nos corredores: café recentemente feito, salgados fritos, pipoca de micro-ondas, dentre outros. A provocação: diferentes formas de se conectar com o espaço.

Seguindo o barbante, você se depara com o “Labirinto”, que teria como ponto de partida representar a UERJ Campus Maracanã como o labirinto que é, em que, desde suas entradas até as salas de aula, se trata de um trajeto não devidamente acessível para todos os corpos. Além disso, na entrada do labirinto, uma bala de tamarindo seria oferecida à/ao participante, representando a experiência agri-doce que é percorrer os caminhos da universidade.

Os eixos temáticos inspiraram uma série de conceitos-ideias: a “Casa de aula”, o “Labirinto” e o “Manequim”, cujo propósito é “trazer “ a experiência de pessoas com deficiência na instituição.

O barbante leva ao fim da exposição. Na plataforma-guia, você pode deixar suas impressões e reflexões. Também pode participar das rodas de conversa programadas para acontecerem ao longo do período da intervenção.

Considerações finais

Com este artigo, pretendemos cartografar a trajetória do projeto e as ações e mobilizações que ele criou. Para isso, o texto foi escrito coletivamente, inclusive estas considerações finais. Retomamos aqui o conceito de dialogismo de Bakhtin (2006), que destaca a dimensão polifônica que o próprio texto encarna. Assim, incorporamos o subjetivo e o singular ao próprio dialogismo. Construímos um texto dialógico como fruto de negociações, ecoando várias vozes, sendo a síntese de movimentos singulares e coletivos, reflexões e processos do grupo.

Recuperando o conceito de experiência de Larrosa Bondía (2002), destacamos a relação da construção do conhecimento com aquilo que é praticado, não só pensado. Isto é, tomamos a experiência que virou corpo coletivo como parte fundamental da produção acadêmica e da formação de futuras/os psicólogas/os.

É importante evidenciar novamente a ideia de que a deficiência não é uma "tragédia pessoal". Sim, compreendemos o sentido e a mensagem dessa frase no campo dos estudos da deficiência. No entanto, percebemos, nas nossas práticas, que algumas pessoas com deficiência não são contempladas com essa definição, pois a experiência da deficiência pode causar ou estar associada a condições médicas crônicas e/ou de ordem psicológica sem relação direta com a interação com o meio. Logo, parte da experiência é um desafio pessoal para determinados sujeitos.

Quanto à faceta social dessa questão, para ser entendida como resultado dos dispositivos de opressão capacitista, é necessária compreensão crítica e política do assunto por parte das pessoas com deficiência. Dentro da estrutura educacional brasileira que temos hoje, há pouco convite à reflexão e a maior parte da população do país não se percebe como cidadã, sujeito de deveres e direitos, entre elas estão as pessoas com deficiência e neurodivergência. A alienação prolongada acarreta sofrimentos e perdas pessoais e sociais, além de perpetuar e normalizar o capacitismo como forma de discriminação. O convite aqui é para nos atentarmos à promoção da acessibilidade e da inclusão como uma questão de saúde mental para pessoas com deficiência e neurodivergência. Nesse sentido, é fundamental observar essas nuances dentro de nossas práticas e discursos e pensarmos também sobre a implicação das pessoas na produção de conhecimento.

Dito isso, organizar e construir uma intervenção artística com esse tema e densidade a partir da inspiração e do processo de criação coletivo é um desafio. Um compilado de ideias e reflexões e da identificação de todo o processo vivenciado no projeto, entre leituras, debates e reflexões fez surgir o desejo de tornar público todo o percurso. Desse modo, encontramos na intervenção artística um recurso, uma ferramenta para expressar as afetações que mobilizaram o grupo, de forma a proporcionar ao público uma interação. De acordo com Bakhtin (2006), a arte é inacabada; assim como qualquer forma de expressão, o acabamento é dado pelo contato com a/o outra/o, na construção de sentidos.

Vale salientar que não conseguimos implementar a proposta de intervenção artística, respeitando nossas temporalidades e trajetórias singulares e coletivas, na medida que tivemos que fazer escolhas. Entendemos termos encontrado uma forma possível de materializar

a intervenção, com base no modo como construímos a nossa narrativa, apostando na resistência, no posicionamento ético-político e em ações que não ficaram restritas a uma prática individual clínico-assistencialista, mas que produziram deslocamentos e desterritorializações.

Também retomando a ideia de Débora Diniz (2007), é importante voltar ao que significa descrever a deficiência em termos positivos, pois não é um corpo que fica positivo por ser enquadrado, mas porque é disruptivo, subversivo, afronta à normatividade, provocador do espaço que o inviabiliza e o agride. Assim, assumir uma positividade prática e discursiva não é apostar numa adaptação, mas sim trazer a possibilidade de pensar a diversidade de corpos alicerçada na experiência em que os sentidos, os espaços e as relações são mobilizados de maneiras diversas. É isso que o Manequim nos provoca.

Consideramos igualmente necessário recuperar a ideia do modelo social da deficiência e das barreiras espaciais e sociais, contudo nos valem de sua revisão crítica com perspectivas feministas que destacam, além das barreiras, a interdependência nas relações e o marcador de gênero para desnaturalizar o papel da mulher-cuidadora, pensar a carga e a ética do cuidado, já que todas as relações humanas pressupõem algum grau de dependência. É isso que o Labirinto nos provoca.

Muita coisa mudou em nossa unidade acadêmica a partir do projeto. Foi criado o Comitê de Inclusão e Acessibilidade do IP/UERJ, que passou a garantir recursos de acessibilidade, mediar as relações discentes-docentes, balizar os eventos, as formações e as produções sobre o assunto deficiência e neurodiversidade. Hoje, fala-se mais sobre os temas em sala de aula e estudantes e docentes têm se implicado com a temática. O Comitê de Acessibilidade também vem sendo referência de boas práticas que inspiram outras unidades acadêmicas a aderir à proposta, fortalecendo as movimentações institucionais da universidade no campo e ampliando os espaços de comunicação.

A iniciativa mobiliza a lógica dos afetos em um processo dialógico, promovendo inquietação, mudança cultural e institucional, a exemplo da incorporação do tema na reforma curricular, forjando a acessibilidade como fruto da interação das pessoas. Consideramos que essa sensibilização institucional se deu graças à resistência e ao posicionamento ético-político do projeto. É isso que a Casa de Aula nos provoca.

Ressaltamos que nosso percurso não resultou de um processo fluido, tranquilo e sem tensões, pois o enfrentamento de políticas e práticas educacionais-institucionais que reforçam a exclusão e a eventual evasão de pessoas com deficiência e neurodivergentes do ensino

superior é uma temática que encontra muitas resistências. Dessa maneira, os sentimentos de impotência e indignação de estar em uma instituição com estruturas capacitistas nos atravessam de modos diferentes e produzem sofrimento e adoecimento entre as pessoas com deficiência, algumas das quais escrevem este texto.

Assim, o projeto teve um importante papel em desindividualizar essas vivências, provocar um estranhamento e desacomodar velhos paradigmas. Insistimos, então, em uma incorporação na cultura universitária de uma corresponsabilidade na promoção de acessibilidade e inclusão nas relações entre discentes, docentes e servidoras/es técnico-administrativas/os. Assim, através de muita luta, visamos abri-fissuras nas bases de concreto da UERJ Campus Maracanã que permitam possibilidades de novo florescer.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 131-149.

ALVES, Camila Araújo; MORAES, Márcia. Entre Histórias e Mediações: um Caminho para Acessibilidade Estética em Espaços Culturais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 3, p. 584–594, jul. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000042018>

ALVES, Camila. **E se experimentássemos mais?**: contribuições não técnicas de acessibilidade em espaços culturais. Curitiba: Appris, 2020.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

CANGUILHEM, Georges. Doença, cura e saúde”. *In*: CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6. ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 59-66.

CUNHA, Claudia; DE GARAY HERNÁNDEZ, Jimena. Fórum e Seminário de acessibilidade: Dimensões sensíveis da acessibilidade. *In*: **BOLETIM IP-UERJ, EDIÇÃO #07 - Dezembro 2021**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021. p. 20-21

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**: vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

DIMENSÕES SENSÍVEIS DA ACESSIBILIDADE. Instituto de Psicologia – UERJ. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia – UERJ, 2021. 1 vídeo (1hr, 28min). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Qms-ONiwnZg&t=1s>. Acesso em 02 de fevereiro de 2024.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 64-77, dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/fPMZfn9hbJYM7SzN9bwzysb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. Tradução de Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376>. Acesso em: 28 ago. 2023.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (org.). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020. p. 17-35.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 557-566, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/PhdsqtyL5T8fRwTp9JD3T6M/?format=pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 1992.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 28 jun. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019**. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v.25, n.2, p. 263-280, maio/ago. 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/fractal/a/nBpkNsJc6DrmsTtMxfRCZWK/#>

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2023.

LIMA, Francisco José de; SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. In: SOUZA, Olga Solange Herval. **Itinerários**

da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: AGE, 2008. p. 23-32.

MELLO, Anahí Guedes de; GAVÉRIO, Marco Antônio; WEID, Olivia von der; AYDOS, Valéria. **Contracartilha de acessibilidade:** reconfigurando o corpo e a sociedade. São Paulo: Anpocs, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/44712164/Contracartilha_de_acessibilidade_reconfigurando_o_corpo_e_a_sociedade. Acesso em: 28 jun. 2023.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Guimarães NA, Hirata HS. O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades. São Paulo: Atêlie Editorial; 2020. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 4063-4064, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.09602022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vMfHKKtTmQHgCCNvTDVggvF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2023.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 21, n. 1, p. 69-86, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/c77vfWrZC7kvVqGzKz55gtK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Lílíana da (org.). **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 150-171.

ROCHA, Marisa Lopes da. Psicologia e as práticas institucionais: a pesquisa-intervenção em movimento. **Psico**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 169-174, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/1431/1124>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SOARES, Leonardo Barros; MIRANDA, Luciana Lobo. Produzir subjetividades: o que isso significa? **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 408-424, 2. Sem. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v9n2/v9n2a10.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SONHO impossível (The impossible dream). Intérprete: Maria Bethânia. Compositores: Joe Darion, Mitch Leigh. Versão: Chico Buarque, Ruy Guerra. In: A CENA muda. Intérprete: Maria Bethânia. [S. l.]: Philips, 1988. 1 disco vinil, lado A1, faixa 8.